

## **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A VENEZUELA: RUPTURA OU CONTINUIDADE?**

**Aluno: Alexander Ferreira Pires Junior**

**Orientadora: Andrea Ribeiro Hoffmann**

### **Introdução**

O governo de Michel Temer tem buscado demarcar um processo de diferenciação com os governos anteriores comandados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente em relação a um aliado da política externa da ex-presidenta Dilma Rousseff, a Venezuela. Em 2016, dois dias depois que o novo Ministro de Relações Exteriores, José Serra foi empossado, foi emitida uma dura nota contra países latino-americanos que se posicionavam contrários ao processo de impeachment no Brasil. O então senador e agora atual Ministro no lugar de Serra, Aloysio Nunes, disse “(...) esses países entenderem que o Itamaraty e o governo brasileiro estão sob nova direção. Finalmente respondemos, imagine ouvir calados países como Cuba e Venezuela darem lições de democracia”. Segundo Spektor, Serra na época queria demarcar uma ruptura com as atuações diplomáticas anteriores [1].

Alguns autores (SARAIVA, 2014, pg.25), (ARAGUSUKU; VIGEGANI, 2016, pp.135 e 137), (JÚNIOR;SARAIVA, 2016, pg.303), (BRESSAN, 2016, pp.315 e 319) argumentam que os governos anteriores, dos Presidentes Lula e Dilma, seguiram uma linha de política externa conceitualmente contínua, ainda que apontando que o estilo conhecido como “diplomacia presidencial” do governo Lula fosse dramaticamente diferente [23] (pg.27). A pauta conceitual deste paradigma de política externa seria a ideia central de autonomia e inserção do Brasil como ator global, ainda que a interpretação destes conceitos tenha variado. Em outras palavras, embora a ideia de autonomia esteja profundamente enraizada na política externa, sua significação é distinta ao longo do tempo [3] (pg.144). Nos governos Lula e Dilma, a autonomia teve a integração regional e a relação com a América do Sul como meio para chegar nesse fim, mesmo que com a diversificação de parcerias ao redor do globo. Ao mesmo tempo que buscava aumentar a integração nas Américas, mantinha-se pouco grau de institucionalização, mantendo a desejada autonomia no âmbito global [5] (pg.314).

O presente artigo analisa a perspectiva de política externa adotada durante o governo Temer, questionando seus padrões de continuidade e mudança. A Venezuela foi o país sul-americano que mais recebeu atenção do governo Dilma, pela visibilidade política grande do assunto. Sua gestão adotou a perspectiva tradicional da diplomacia brasileira de não-ingerência

em assuntos internos de outros Estados, o que adicionando a visões ideológicas parecidas, fez com que o governo brasileiro tenha se abstraído de fazer críticas ou de atuar de maneira contundente [15] (pg.309). Este trabalho busca justamente analisa até que ponto o governo Temer rompeu com essa lógica.

### **Política Externa de Dilma para Temer**

O primeiro passo a se dar para se compreender se houveram mudanças estruturais da política externa do governo Dilma para o atual governo é analisar quais são as diretrizes e sustentações de pensamento da política externa da presidenta. Para tal, será feito uma brevíssima comparação do governo Dilma com o de Lula, seu predecessor, já que grande parte dos autores considera este período como determinante da base das diretrizes do governo Dilma.

O governo Dilma herdou de Lula algumas estratégias de política externa, como por exemplo: uma trajetória revisionista das instituições internacionais, uma atuação ativa em fóruns multilaterais colocando-se como representante dos países do Sul global, e uma orientação proativa para a dimensão sul-americana. Entretanto, isso foi diminuindo em capacidade e tamanho, mesmo que as linhas gerais se mantivessem as mesmas, e que os próprios formuladores de decisão também fossem os mesmos [23] (pg.25).

Um dos fatores para este processo gradual foi a diminuição do papel da diplomacia presidencial e de seu papel como elemento incentivador e equilibrador de diferentes visões de política externa, que havia acontecido durante o governo de Lula. A diplomacia presidencial foi abandonada, ou teve seu importância consideravelmente diminuída. Em contrapartida, questões econômicas de curto prazo teriam voltado a ocupar um papel central na política externa em detrimento de ações políticas de projeção internacional e de um comportamento estratégico mais geral [23] (pg.27).

“Em termos propriamente de política externa as mudanças foram progressivas. O primeiro movimento da diplomacia foi de continuidade e, segundo Spektor, a diplomacia de Dilma Rousseff não teria tido uma «distinção conceitual» da política do Presidente Lula. Mas a redução na diplomacia presidencial afetou a participação proativa do Brasil na política global.” [23] (pp. 27-28).

O conceito de autonomia é importante para se entender como a política brasileira é interpretada e, principalmente, reinterpretada. O conceito é entendido como:

“Para Puig, assim como para Jaguaribe (1979), a autonomia requer graus adequados de “viabilidade nacional”, uma considerável quantidade de recursos domésticos e um compromisso explícito das elites com um projeto nacional. Os dois autores também compartilham a noção de que a autonomia requer a mobilização de recursos de poder na periferia. Alianças regionais contra o centro, integração política e econômica, e a melhora de estratégias negociadoras constituem os instrumentos para se alcançar esta meta. Nessa perspectiva, a integração regional pode ser um objetivo estratégico.” [3] (pg.140).

A forma como se entende a política externa e como ela vem mudando ficam um pouco mais perceptíveis agora no governo Temer, e isso será objeto de discussão posteriormente, mas é imprescindível notar que isso já estava em mudança no próprio governo Dilma. *“Ao longo do primeiro mandato de Rousseff as posições que vinculam autonomia com integração regional não se fortaleceram do ponto de vista de suas bases de sustentação política e material. No segundo mandato, as forças que optam por uma maior inserção nos mercados “globais” tem presença importante no governo.”* [3] (pg.144).

Além das mudanças criadas pela reinterpretação das bases e dos conceitos, existem problemas de outra ordem, como por exemplo, corrupção e o setor privado brasileiro. A corrupção que vem desde o governo Dilma e se estendeu de maneira ainda mais grave no atual mandatário brasileiro vem tendo influência na integração regional e como o governo vai se relacionar com terceiros, no contexto dessa integração.

“A crise desencadeada em 2014/2015 pelas investigações e processos relativos à corrupção na Petrobras certamente terá impacto na posição brasileira de integração. Com reflexo em toda a região. O enfraquecimento ou mesmo potencial desaparecimento de algumas dessas empresas diminuirá o ímpeto, já fragmentado, dos empresários pela integração. Todas as teorias de integração regional reconhecem a importância desse setor, seja público ou seja privado, para o avanço do processo” [3] (pg.146).

De fato, os mecanismos de independência e autonomia são fatores que são em parte contraditórios ao almejado desejo de integração regional, mas que ao mesmo tempo o julgam necessário. Essa balança tênue de interesses, mas agora em detrimento do projeto de integração regional, como já explicitado, começa no governo Dilma e se expande posteriormente. Bressan argumenta que a conduta do governo brasileiro se atrela a uma lógica realista, de preservação irrestrita da soberania nacional, enfraquecendo a consolidação regional necessária para aprofundar o regionalismo sul americano. Portanto, a diplomacia brasileira desde o governo Lula desenvolveu uma retórica integracionista evidenciada pela criação da UNASUL e demais instâncias regionais, mas desprovida de demonstrações práticas, tais como investimentos maciços em projetos comuns que beneficiem os parceiros sul-americanos. A autora ainda vai

além e diz que há uma quebra, uma desarticulação. “*A ruptura no discurso de Rousseff denota a desistência da intenção nacional em desempenhar liderança regional dado o custo deste papel a partir da lógica pragmática da diplomacia ativa e diversificada de sua administração.*” [5] (pg.325).

Embora não seja comum discutir política externa no âmbito doméstico, os últimos anos vem trazendo à tona várias discussões sobre a temática, principalmente nas épocas eleitorais, onde eram questionados os investimentos brasileiros em Cuba e Venezuela, por exemplo. Durante o segundo mandato de Dilma, os escândalos de corrupção e os processos judiciais referentes ao envolvimento de grandes empreiteiras brasileiras colocaram na agenda política os investimentos em infraestrutura na região financiados pelo BNDES. A internacionalização dos investimentos tiveram uma série de consequências políticas e econômicas, que foram politizados na medida em que a Venezuela começou a não pagar suas dívidas para com investidores brasileiros e diretamente com o BNDES [15] (pg. 307).

O governo Temer procurou diferenciar a forma como tratava a questão da Venezuela. A busca pela autonomia foi reorganizada, mas há traços de continuidade e ruptura, em uma complexa formação. Matias Spektor, citado por Júnior e Saraiva (pg.315)” argumenta que “Serra está usando chumbo grosso porque quer marcar posição de força no novo governo e, para isso, precisa sinalizar uma ruptura profunda com o governo Dilma”. Da mesma forma, houve resposta dura contra o Secretário-geral da UNASUL, Ernesto Samper, que chegou a aventar a possibilidade de acionamento da cláusula democrática da organização contra o Brasil: “tais juízos e interpretações do Secretário-Geral são incompatíveis com as funções que exerce e com o mandato que recebeu”. [15] (pg.315).

“De fato, o Brasil parece estar se afastando da sua postura tradicional no espaço regional sul-americano. O país tradicionalmente mantém posição cautelosa frente aos vizinhos, evitando atritos ou declarações de força desnecessárias que poderiam alimentar a imagem, ainda comum no imaginário regional, de um Brasil imperialista. No governo de Lula, em momentos de tensão com vizinhos, optou-se por dar atenção aos pleitos colocados. Foi o caso, por exemplo, da crise com a Bolívia pela nacionalização de refinaria da Petrobras no país, bem como das solicitações do Paraguai na questão da usina binacional de Itaipu. O diálogo e o entendimento foram durante o governo de Lula as estratégias priorizadas pelo país na região, por mais que isso fosse visto por alguns críticos e detratores como uma inconcebível demonstração de fraqueza diante de vizinhos insolentes merecedores de uma lição [15] (pg.315).

O compromisso com a não ingerência em assuntos domésticos também aparece tradicionalmente nas relações do Brasil com vizinhos. Mesmo em momentos críticos, e desde que não haja ruptura ou ameaça efetiva à ordem

democrática, o Brasil evita manifestar-se de forma explícita contra governos vizinhos. A gravíssima crise política e institucional venezuelana que se arrasta desde 2013 foi tratada com certo grau de tolerância pela administração Rousseff, mais uma vez alimentando críticas de opositores contra a suposta leniência brasileira. A gestão Serra assume, diferentemente, tom muito mais duro contra o governo de Nicolás Maduro. Na própria posse, o chanceler já afirmava: “estaremos atentos à defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, em qualquer regime político, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência” (Serra, 2016). [15] (pp.315-316).

“No caso da crise política vivida pela Venezuela, houve um consenso em torno de uma frágil iniciativa que não apresentou resultados. A tradição brasileira de não intervenção; as dificuldades do Brasil em construir uma liderança em um tema aonde há divergências sobre a melhor forma de governo; o fato de, frente a situações de crise na região, as lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) terem sido atores importantes do governo; e a falta de interesse da Presidência da República em empenhar-se em construir um consenso substantivo, tem dificultado o exercício, por parte do Brasil, do papel de liderança.” [23] (pg.32).

Resumindo, a política externa de Dilma para a Venezuela e para a América do Sul foi gradativamente perdendo importância política e econômica. As políticas que vêm sendo conduzidas pelo governo Temer, que serão analisadas em mais detalhes abaixo, será caracterizada por continuidades e rupturas. Esse exercício não é simples pois apresenta muitas nuances, que variam do governo Lula para Dilma, e mesmo as tentativas de ruptura ainda apresentam algumas continuidades.

### **Comércio bilateral e a crise econômica da Venezuela**

O comércio bilateral entre o Brasil e a Venezuela também diminuiu consideravelmente em importância. Segundo os dados da Secretária de Comércio Exterior, em 2012 foi o auge da corrente comercial entre os países, juntando a exportação tanto brasileira quanto venezuelana, na casa dos 6 bilhões de dólares, com o Brasil exportando mais de 5 bilhões de dólares ao país. Em 2017, a corrente foi de pouco mais de 850 mil dólares, e nesse ano, até junho, menos de 450 mil dólares.

**Tabela 1 - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO VENEZUELA - Série Histórica**

Ano/Mês	Exportação			Importação			Resultado		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part.%	US\$ FOB (B)	Var.%	Part.%	Saldo (A-B)	Corrente (A-B)	Cobertura (A/B)
2010	3.853.971.840	6,75	1,91	832.667.132	43,17	0,46	3.021.304.708	4.686.638.972	4,63
2011	4.591.847.947	19,15	1,79	1.266.356.385	52,08	0,56	3.325.491.562	5.858.204.332	3,63
2012	5.056.025.298	10,11	2,08	996.836.960	-21,28	0,45	4.059.188.338	6.052.862.258	5,07
2013	4.849.839.836	-4,08	2	1.180.739.809	18,45	0,49	3.669.100.027	6.030.579.645	4,11
2014	4.632.139.245	-4,49	2,06	1.174.118.238	-0,56	0,51	3.458.021.007	5.806.257.483	3,95
2015	2.986.603.820	-35,52	1,56	679.890.525	-42,09	0,4	2.306.713.295	3.666.494.345	4,39
2016	1.275.738.022	-57,28	0,69	415.195.801	-38,93	0,3	860.542.221	1.690.933.823	3,07
2017	469.654.754	-63,19	0,22	391.694.953	-5,66	0,26	77.959.801	861.349.707	1,2
2018	346.980.693	44,18	0,31	84.237.349	-63,18	0,1	262.743.344	431.218.042	4,12
Janeiro	40.092.554	0	0,24	7.802.602	0	0,05	32.289.952	47.895.156	5,14
Fevereiro	66.495.923	65,86	0,38	25.152.285	222,36	0,17	41.343.638	91.648.208	2,64
Março	79.216.426	19,13	0,39	11.715.803	-53,42	0,08	67.500.623	90.932.229	6,76
Abril	34.851.056	-56,01	0,18	12.873.300	9,88	0,09	21.977.756	47.724.356	2,71
Mai	54.296.779	55,8	0,28	10.014.008	-22,21	0,08	44.282.771	64.310.787	5,42
Junho	72.027.955	32,66	0,36	16.679.351	66,56	0,12	55.348.604	88.707.306	4,32

Fonte: Secretária de Comércio Exterior (2018).

É importante ressaltar que isso não se deu apenas à animosidade entre os atuais governos, já que Temer assumiu no início de setembro; este era um processo que já vinha em andamento principalmente devido à crise econômica na Venezuela. A dependência da exportação do petróleo, controle governamental dos preços de produtos e do câmbio, além da hiperinflação ocasionado pela impressão em massa da moeda local, o Bolívar, são algumas das causas da atual crise do governo Maduro, pelo menos no lado econômico [4]. A queda do preço do petróleo e o custo dos programas sociais financiados pelo governo contribuíram para a crise em um país que é dependente de um único produto de exportação. O meio pelo qual Hugo Chávez conduzia sua política econômica não pode ser repetida por Maduro, e na realidade, foi o que construiu um cenário para a implosão da economia venezuelana. Diversas empresas começaram a deixar o país, a recessão e a inflação atingem níveis estratosféricos [2].

No governo Dilma, as relações políticas e econômicas ainda eram boas, e recursos das empresas brasileiras e do próprio BNDES fluíram para o país. Com o calote do governo venezuelano, o governo federal teve que arcar com quase 1 bilhão de reais de empréstimos concedidos tanto pelo BNDES quanto por bancos privados [22]. Além disso, as empresas brasileiras detêm dívidas venezuelanas na ordem dos 6 bilhões de reais [20].

## **Relações Bilaterais com a Venezuela**

Como visto acima, as relações econômicas e institucionais entre os países se deterioraram muito, principalmente com as declarações do atual Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e de seu predecessor, José Serra. O nível de rejeição de Serra ao governo venezuelano era muito grande, em parte, para reforçar a ideia de que a atual política externa está muito distante da do governo Dilma. Isso ficou definido pelo ponto mais polêmico da sua “Nova Política Externa Brasileira”, que era de uma política externa apartidária e representante dos interesses legítimos do Brasil. Seu sucessor Aloysio Nunes manteve boa parte dessa retórica. Isso se explica por um lado por plataforma política pessoal, já que ambos são políticos e não diplomatas de carreira, e por outro lado, pelo desejo do governo Temer de mudar radicalmente o perfil do governo brasileiro, retomando a ideia de ruptura em sua atuação internacional [18]. Será discutido abaixo se essa mudança se deu só na ordem discursiva ou nas práticas de atuação do Brasil no exterior [9].

A retórica relativamente agressiva pode ser destacada como um grande diferença, mas vale ressaltar os traços da diplomacia nacional que foram mantidos, entre os quais o desejo pela resolução por meios pacíficos e a atuação por intermédio de organizações regionais. O ministro Aloysio Nunes enfatizou o desejo do Brasil de ver o tema ser debatido na OEA, e que não havia necessidade de sanção e ação unilateral, quando em diálogo com o vice-presidente norte-americano Mike Pence, que visitou o Brasil para tratar de algumas dessas questões. O posicionamento dos Estados Unidos era mais incisivo e pretendia isolar de maneira mais dura a Venezuela, o que ia contra o desejo brasileiro [17]. O ministro ainda foi enfático ao considerar uma possível intervenção militar, chamando a possibilidade de um “puro e simplesmente delírio”, pois nunca seria aprovado pelo Conselho de Segurança, e caso existisse a possibilidade, que o Brasil não apoiaria a ação [24].

No nível da diplomacia presidencial, Michel Temer, que assumiu após o impeachment de Dilma em 2016, é muito contestado pelo governo de Nicolás Maduro, que denominada de “golpe” a sua chegada ao poder frente à ex-presidente. Temer vem externando sua oposição ao governo Venezuelano sempre que tem a oportunidade, seja em diálogos bilaterais ou multilaterais, desde o Mercosul até a ONU. Na Cúpula das Américas de abril de 2018, no entanto, enquanto que os presidentes da Argentina, Colômbia, Chile e Panamá declararam de antemão que não iriam reconhecer quaisquer resultados da votação presidencial venezuela, que acabou por consagrar Maduro reeleito, o mandatário brasileiro se esquivou de dar uma resposta

aberta, e se mostrou mais preocupado com a questão humanitária do país, que vem influenciando parte da fronteira brasileira [7].

Ele reiterou o apoio brasileiro a atuação da OEA e do Grupo de Lima, prezando pela saída diplomática da controvérsia, [21] além da situação dos refugiados, que como dito, vem influenciado a fronteira brasileira, principalmente do estado de Roraima. A governadora deste estado, Suely Campos, chegou a pedir o fechamento da fronteira entre os países, argumentado que Roraima não podia mais atender ao fluxo de refugiados. Isso, contudo, foi negado pelo presidente, já que no seu entendimento, o governo federal já vinha fazendo o trabalho necessário para ajudar essas pessoas no estado e nos seus municípios a resolver a problemática, e que fechar as fronteiras não era uma coisa que o Brasil fazia comumente, e por isso não o faria agora [6].

Resumindo, tanto o ministério quanto o presidente Temer têm demonstrado seu descontentamento com a política na Venezuela de maneira relativamente contundente, visto as táticas retóricas agressivas, que não são comuns à diplomacia brasileira, além do maior interesse na ingerência dos assuntos internos venezuelanos, também pouco tradicional da atuação da política externa brasileira. Esses desenvolvimentos indicam, portanto, aspectos de ruptura, mas também de continuidade na política externa do país.

### **Relações Multilaterais frente a Venezuela**

O Mercosul, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o grupo de Lima vem sendo os mecanismos internacionais mais utilizados para vocalizar o descontentamento contra o governo venezuelano, principalmente esse último, já que foi criado justamente com o intuito de monitorar a situação na Venezuela.

O MERCOSUL atuou suspendendo a Venezuela de sua participação na organização, pois considerava-se que a democracia não estava sendo observada nesse país, e por meio da invocação do *Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul*. Os outros 4 membros do bloco<sup>1</sup> decidiram retirar da Venezuela todos os seus direitos e obrigações enquanto membro até que se verificasse o pleno restabelecimento da ordem democrática [13]. Concomitante com a dita falta de compromisso com a ordem acima mencionada, os países

---

<sup>1</sup> Os 4 membros são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

condenaram o uso da força do governo da Venezuela, como repressão, detenções arbitrárias e o cerceamento das liberdades individuais [14].

Vale destacar que essa decisão de suspender a Venezuela foi tomada 3 dias antes da primeira reunião do Grupo de Lima. Isso se deu devido à votação da Constituinte na Venezuela, onde julgou-se havido fraude eleitoral, e foi decisivo para que os países tomassem essa decisão. Segundo o ministro Aloysio Nunes, essa decisão foi tomada, pois “Maduro precisa parar de torturar o seu povo”. Ele esclareceu que as trocas comerciais não foram encerradas nem prejudicadas, por medo de agravar a situação humanitária no país, mas que a posição política do bloco era de enviar uma dura mensagem, como disse o Chanceler argentino Jorge Faurie: “Isto é um recado a América e ao mundo: basta da Venezuela repressora, basta da Venezuela ditatorial, restaurem a democracia” [12].

A OEA também buscou o mesmo caminho do MERCOSUL de suspender a Venezuela, mas este vem sendo um processo contraditório. Em abril de 2017, a Venezuela renunciou ao órgão e expressou seu desejo de deixar a organização, em um processo que leva 2 anos para ser concretizado. O governo venezuelano vê a OEA como hostil a sua causa, e que toma ações em prol dos inimigos do povo, como por exemplo os Estados Unidos [10]. Em junho de 2017, a então Chanceler do país, Delcy Rodrigues, que hoje ocupa a vice-presidência do país, teria argumentado, de maneira resumida, que a situação humanitária no país era manipulada para justificar uma intervenção e incapacitar a soberania de sua nação. A Venezuela ainda tinha alguns aliados na OEA, como a Bolívia, Equador e Nicarágua, e na ocasião de seu discurso, a votação que esteve em pauta contra a Venezuela não foi bem sucedida. De toda maneira, a chanceler já deixava claro que o país não contava mais com a OEA, não esperando nem o resultado da votação [11].

A situação continua incerta porque apesar da Venezuela deixar claro que não tem intenção de continuar como membro da OEA, a mesmo continua se esforçando para tentar suspende-la, sobretudo na atuação de seu Secretário-Geral, Luís Almagro, que afirmou que “O regime de Maduro não tem a possibilidade de eleger se quer ficar ou se quer ir. A Carta Interamericana Democrática decidirá”. O processo para suspensão da Venezuela já foi iniciado, com um documento de 10 pontos, entre os principais: declara “ilegítima” a eleição presidencial venezuelana que reelegeu Maduro, uma petição para que o Governo permita o recebimento de ajuda humanitária e para que se restaure "a plena autoridade" da Assembleia Nacional, de maioria opositora. Foi também incluído os artigos 20 e 21 da Carta Democrática

Interamerica, a Carta da OEA. Esses 2 artigos incluem mecanismos para como se tratar de situações de ruptura da ordem democrática e eventual suspensão de um membro. A Venezuela considera isso como uma preparação de terreno para uma possível intervenção no seu país, e por isso repudia as ações que estão sendo tomadas pelo OEA [16].

Por fim, o Grupo de Lima se mostra como o grupo mais ativo em reiteradamente denunciar e criticar o governo venezuelano. Composto inicialmente por 17 países, entre eles Brasil, Argentina e Paraguai, sua declaração inicial em 8 de agosto de 2017 continha como ponto mais importante condenar a ruptura democrática e manifestar apoio com a Assembléia Nacional, opositora ao regime, além de não reconhecer a Assembléia Nacional Constituinte instaurada por Maduro, chamando-as respectivamente, de democraticamente eleita, e ilegítima. A declaração clama o governo venezuelano para respeitar os direitos humanos e contém um artigo um tanto curioso, que tenta impedir a transferência de armas para a Venezuela, respaldando no Tratado de Comércio de Armas. Além disso, apoia a decisão do MERCOSUL em suspender o país do bloco, decisão tomada 3 dias antes de sua primeira reunião em Lima, no Peru [8].

Desde então, o grupo vem se pronunciando continuamente sobre a Venezuela; já são mais de 10 declarações e comunicados conjuntos, e a última declaração é do dia 17 de julho de 2018, que não conta com a presença do governo brasileiro e foi emitida de Bruxelas. O movimento contrário à reeleição de Maduro, respeito aos direitos humanos, o alívio da situação humanitária e a crise dos refugiados são constantes nas declarações, e nesse último comunicado apareceu um novo elemento, no 5 artigo do documento. “Expresan su profunda preocupación por informaciones recientes sobre movilización de armamento y aviones de combate por parte de Venezuela a la frontera con Colombia (...)” [19], o que pode significar uma mudança em como os países vão tratar a questão, caso seja sentida uma ameaça por parte da Venezuela.

A participação das organizações internacionais até o momento pode ser definida como uma mescla entre diálogo e pressão no país, em alinhamento com o posicionamento brasileiro no momento. A natureza até um pouco ríspida das respostas brasileiras, o que não é comum na diplomacia nacional, vem encontrando respaldo da maneira igualmente ríspida que a comunidade internacional vem procurando solucionar a crise na Venezuela.

## **Conclusão**

Apesar da clara mudança de postura e certos comportamentos específicos entre as políticas externas dos governos Dilma e Temer, é difícil fazer grandes conclusões acertivas. Se podemos por um lado concluir que a política do Brasil para com a Venezuela mudou, seja pelo tom mais agressivo utilizado ou pela diminuição em grande escala do comércio, além dos calotes, podemos dizer que o governo Dilma já andava nessa direção e também que a situação na Venezuela tomou um caminho ainda mais radical. A expulsão do MERCOSUL pode ser usado como exemplo de mudança de atitude, mas ainda é muito pouco para configurar como uma mudança abrupta da política, até porque não foi a primeira vez que um episódio como esse se deu na organização [18].

Indo além, não seria incorreto dizer que as políticas no plano macro continuaram basicamente iguais, parcialmente remodeladas ou simplesmente estagnadas. O trecho a seguir demonstra como isso pode ser observado:

"As bases daquilo que Dilma já vinha fazendo foram mantidas em sua essência. Algumas coisas pontuais que seu governo tinha conseguido, como melhorar as relações com os Estados Unidos, sobretudo depois da espionagem, algumas vitórias na OMC [Organização Mundial do Comércio] e na questão do aquecimento global e alguns acordos que tinha começado a costurar com Colômbia, México e Chile, foram mantidas no governo Temer", explica Guilherme Casarões, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da ESPM.

Para seu colega Oliver Stuenkel, coordenador do MBA em relações internacionais da FGV, há um aspecto histórico que contribui para essa continuidade: apesar da retórica, a política externa brasileira costuma mudar pouco ao longo dos anos. Além disso, Temer tem um mandato curto e muitos desafios políticos e econômicos para enfrentar, o que limita sua capacidade de fazer diplomacia.

"Diante dessa situação, era esperado que pouco mudasse de fato. O Itamaraty não reage rapidamente a mudanças de chanceleres. Demora um pouco para a equipe se reorganizar", afirma Stuenkel." [9].

Assim, é complicado dizer que houve uma mudança clara na política externa brasileira. Talvez seja mais fácil dizer que a maneira como o Brasil vê a Venezuela tenha mudado, e isso fica bem claro pelos diversos trechos de falas de diversos atores políticos brasileiros. Mas quando se fala em uma mudança de política externa, toda a discussão sobre autonomia, independência e integração regional volta à tona, e partindo de uma visão mais conjuntural, fica difícil defender essa mudança de posição tão forte. O que pode-se afirmar é sobre a forma, que mudou, mas será que de fato o conteúdo mudou? É impossível prever o que pode acontecer em um futuro próximo, pela situação política delicada em ambos os países, incluindo as eleições

no Brasil, mas este trabalho argumenta que apesar das reinterpretações e mudanças de forma, a diplomacia brasileira tende a seguir mais continuidade do que ruptura em sua estratégia para a região e a Venezuela, que busca um equilíbrio entre integração regional e autonomia.

### **Bibliografia:**

- [1] ADGHIRNI, Samy; MELLO, Patrícia Campos. Com Serra, Itamaraty muda tom e rejeita críticas de bolivarianos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2016. Mundo, p. 1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1771136-com-serra-itamaraty-muda-tom-e-rejeita-criticas-de-bolivarianos.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- [2] AL JAZEERA. From riches to rags: Venezuela's economic crisis. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/programmes/the-big-picture/2018/02/riches-rags-venezuela-economic-crisis-180211123942491.html> Acesso em 19 jul. 2018.
- [3] ARAGUSUKU, Juliano A. S.; VIGEGANI, Tulio. A orientação da política brasileira para as Américas em tempos de vicissitudes domésticas. **Pensamiento Propio**, n.42, p-135-164. 2016.
- [4] BBC. How Venezuela's crisis developed and worsened. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36319877> Acesso em 19 jul. 2018.
- [5] BRESSAN, Regiane N. “O espaço da América Latina na Política Externa Brasileira”, em Serbin, Andrés (coord.) Fin de ciclo y reconfiguración regional? América Latina y las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, Edición especial, Buenos Aires: CRIES, p. 311-332. 2016.
- [6] COLOMBO, Sylvia; MELLO, Patrícia Campos. Fechar a fronteira com a Venezuela é incogitável, diz Temer. **Folha de São Paulo**. Lima, 2018b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/fechar-a-fronteira-com-a-venezuela-e-incogitavel-diz-temer.shtml> Acesso em 19 jul. 2018.
- [7] COLOMBO, Sylvia; MELLO, Patrícia Campos. Temer não afirma que não reconhecerá resultado de eleição na Venezuela. **Folha de São Paulo**. Lima, 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/ao-contrario-de-macri-santos-e-pinera-temer-nao-condena-eleicao-venezuelana.shtml> Acesso em 19 jul. 2018.
- [8] EL COMERCIO. Cancilleres reunidos en Lima condenan ruptura del orden democrático en Venezuela, 2017. Disponível em: <https://elcomercio.pe/politica/cancilleres-reunidos-lima-condenan-ruptura-orden-democratico-venezuela-noticia-448579> Acesso em 19 jul. 2018.
- [9] ÉPOCA NEGÓCIOS. Apesar de reformas, política externa de Temer fica em 2º plano. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/05/apesar-de-reformas-politica-externa-de-temer-fica-em-2-plano.html> Acesso em 19 jul. 2018.
- [10] G1. Venezuela anuncia que iniciará processo para deixar OEA. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/venezuela-anuncia-que-iniciara-processo-para-deixar-oea.ghtml> Acesso em: 19 jul. 2018.

- [11] GARCÍA, Jacobo. Venezuela abandona OEA e qualifica de “infantil” a diplomacia do México. **El País**. Cancún. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/19/internacional/1497887192\\_385318.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/19/internacional/1497887192_385318.html) Acesso em 19 jul. 2018.
- [12] HERMIDA, Xosé. Mercosul impõe sanção política à Venezuela para isolar Maduro. **El País**. São Paulo. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/politica/1501947965\\_233058.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/politica/1501947965_233058.html) Acesso em 19 jul. 2018.
- [13] ITAMARATY. Nota 255. *Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul*. 2018b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercopol-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico> Acesso em 19 jul. 2018.
- [14] ITAMARATY. Nota 262. *Venezuela: o Mercosul rejeita o uso da força para restabelecer a ordem democrática*. 2018a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17155-venezuela-o-mercopol-rejeita-o-uso-da-forca-para-restabelecer-a-ordem-democratica> Acesso em 19 jul. 2018.
- [15] JÚNIOR, Paulo Afonso Velasco, SARAIVA, Mirian Gomes. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: Para onde vamos?. **Pensamiento Propio**, n.44, p.295-324. 2016.
- [16] LABORDE, Antonia. OEA abre caminho para suspender a Venezuela. **El País**. Washington. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528243386\\_148729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/06/internacional/1528243386_148729.html) Acesso em 19 jul. 2018.
- [17] LINDNER, Julia; OTTA, Lu Aiko. Brasil não aceita sanções contra a Venezuela, diz Aloysio Nunes. **EXAME**, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-nao-aceita-sancoes-contra-a-venezuela-diz-alloysio-nunes/> Acesso em 19 jul. 2018.
- [18] MELLO E SILVA, Alexandra. From Euphoria to Inertia: Brazil’s International Rise and Decline. **E-International Relations**. 2018. Disponível em: [http://www.e-ir.info/2018/04/29/from-euphoria-to-inertia-brazils-international-rise-and-decline/?utm\\_content=buffera705a&utm\\_medium=social&utm\\_source=facebook.com&utm\\_campaign=buffer](http://www.e-ir.info/2018/04/29/from-euphoria-to-inertia-brazils-international-rise-and-decline/?utm_content=buffera705a&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer) Acesso em 19 jul. 2018.
- [19] MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Declaración sobre la violación de los derechos humanos y la ruptura del orden democrático en Venezuela. 2018. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/15676-declaracion-sobre-la-violacion-de-los-derechos-humanos-y-la-ruptura-del-orden-democratico-en-venezuela> Acesso em 19 jul. 2018.
- [20] NETO, João Sorima. Venezuela deve quase US\$ 6 bi a empresas brasileiras. **O Globo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/venezuela-deve-quase-us-6-bi-empresas-brasileiras-20840322> Acesso em 19 jul. 2018.
- [21] PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão Plenária da VIII Cúpula das Américas - Lima/Peru. 2018. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da->

[republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-sessao-plenaria-da-viii-cupula-das-americas-lima-peru](#) Acesso em 19 jul. 2018.

[22] REBELLO, Aiuri. Venezuela dá calote em dívida com credores e União assume pagamento de quase R\$ 1 bilhão. **UOL**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/03/20/venezuela-da-calote-em-divida-com-bndes-e-tesouro-nacional-assume-pagamento-de-milhoes.htm> Acesso em 19 jul. 2018.

[23] SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. **Relações Internacionais**, Lisboa , n. 44, p. 25-35, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 22 jul. 2018.

[24] VALOR ECONÔMICO. Ideia de ação militar na Venezuela é "puro delírio", diz Aloysio Nunes. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/5246221/ideia-de-acao-militar-na-venezuela-e-puro-delirio-diz-aloysio-nunes> Acesso em 19 jul. 2018.